

**Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS**

**Banco Cooperativo Sicredi S.A. e
Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2010 e 2009
Com Relatório dos Auditores Independentes

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais consolidados	3
Demonstrações consolidadas do resultado.....	4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	5
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de abril de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/S/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9/S/RS

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	Balanco de Abertura 01/01/2009
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7	692.693	357.441	782.166
Valores a receber de instituições financeiras	8	3.549.123	2.217.605	1.087.191
Ativos financeiros para negociação	9	132	124	158
Derivativos	10	937	2	455
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	5.374.665	3.752.382	3.356.572
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	2.881.121	2.749.732	1.923.925
Ativos intangíveis	13	443	384	498
Imobilizado	14	56.313	56.019	52.135
Propriedade para investimento	15	4.934	4.999	5.101
Crédito tributário corrente		1.251	2.282	5.271
Crédito tributário diferido	21	7.595	3.484	1.647
Outros ativos	16	22.097	12.005	14.391
Total dos ativos		12.591.304	9.156.459	7.229.510
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	17	7.101.317	4.841.746	4.400.367
Depósitos de clientes	18	1.507.482	1.151.244	759.276
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	3.413.325	2.722.461	1.723.636
Derivativos	10	162	-	560
Provisões	20	1.616	866	356
Passivo tributário – corrente		17.090	12.592	3.369
Passivo tributário – diferido	21	6.038	4.041	1.350
Instrumentos híbridos de capital e dívida	22	50.440	41.310	32.871
Outros passivos	23	180.000	140.743	101.553
Total dos passivos		12.277.470	8.915.003	7.023.338
Patrimônio líquido				
Capital social	24	263.604	219.851	188.640
Reservas		38.969	13.599	12.137
Ajuste de valor patrimonial		6.539	3.579	(858)
Lucros acumulados		4.721	4.426	6.252
Participação minoritária		1	1	1
Total do patrimônio líquido		313.834	241.456	206.172
Total de passivos e patrimônio líquido		12.591.304	9.156.459	7.229.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	<u>Nota</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de juros	25	997.895	747.014
Despesa de juros	25	(844.821)	(648.203)
Receita líquida de juros		153.074	98.811
Receita de tarifas, taxas e comissões	26	191.375	148.030
Despesa de tarifas, taxas e comissões	26	(95.258)	(86.976)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		96.117	61.054
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	27	1.606	(877)
Outras receitas operacionais	28	15.288	31.908
Despesas de pessoal	29	(74.897)	(46.724)
Outras despesas administrativas	30	(120.398)	(77.810)
Depreciação e amortização	31	(4.426)	(3.306)
Outras despesas operacionais	32	(11.540)	(18.010)
Perdas com provisões de crédito	33	821	(3.284)
Lucro operacional antes da tributação		55.645	41.762
Tributos sobre o lucro	34	(22.115)	(16.631)
Lucro líquido do exercício		33.530	25.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido		33.530	25.131
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>			
Movimento líquido no valor justo		4.951	7.395
Efeito de imposto de renda		(1.991)	(2.958)
Outros resultados abrangentes líquidos da tributação		2.960	4.437
Total do resultado abrangente		36.490	29.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Outras reservas	Outros resultados abrangentes Ajuste de valor patrimonial	Total	Participações minoritárias	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2009	188.640	6.252	12.137	(858)	206.171	1	206.172
Lucro líquido do exercício	-	25.131	-	-	25.131	-	25.131
Outros resultados abrangentes							
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	4.437	4.437	-	4.437
<i>Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido</i>							
Constituição de reservas	-	(1.462)	1.462	-	-	-	-
Dividendos	-	(25.495)	-	-	(25.495)	-	(25.495)
Aumento de capital	31.211	-	-	-	31.211	-	31.211
Saldos em 31 de dezembro de 2009	219.851	4.426	13.599	3.579	241.455	1	241.456
Lucro líquido do exercício	-	33.530	-	-	33.530	-	33.530
Outros resultados abrangentes							
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2.960	2.960	-	2.960
<i>Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido</i>							
Constituição de reservas	-	(25.370)	25.370	-	-	-	-
Dividendos	-	(7.865)	-	-	(7.865)	-	(7.865)
Aumento de capital	43.753	-	-	-	43.753	-	43.753
Saldos em 31 de dezembro de 2010	263.604	4.721	38.969	6.539	313.833	1	313.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido consolidado antes da tributação		55.645	41.762
Ajustes ao lucro:			
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>			
Depreciação e amortização - ativo intangível	13	217	310
Depreciação e amortização – imobilizado	14	4.113	2.906
Depreciação e amortização – propriedades para investimento	15	95	88
Provisões para perdas de crédito	11	(822)	3.284
Ajustes ao valor justo de ativos e passivos financeiros disponíveis para venda		6.540	-
		10.143	6.588
<i>Aumento líquido nos ativos operacionais</i>			
Valores a receber de bancos		(1.307.035)	(1.150.400)
Ativos financeiros para negociação		(139.750)	(827.342)
Derivativos		(935)	454
Empréstimos e recebíveis a clientes		(1.625.558)	(394.351)
		(3.073.278)	(2.371.639)
<i>Aumento líquido nos passivos operacionais</i>			
Derivativos		162	(560)
Valores a pagar a clientes		1.888.421	557.873
Valores a pagar a instituições financeiras		714.807	290.762
Obrigações por títulos e valores mobiliários		690.865	998.825
Outros passivos financeiros		54.857	(1.831)
Impostos sobre lucros pagos		(17.483)	(13.798)
Outros ajustes		(9.689)	35.264
		3.321.940	1.866.535
Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		314.450	(456.754)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(5.133)	(8.095)
Receitas da alienação de imobilizado		420	1.123
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até vencimento		(3.000)	(1.010)
Receitas da venda e vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até vencimento		(2)	22
Total de fluxo de caixa das atividades de investimento		(7.715)	(7.960)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		46.753	32.211
Emissão de dívida subordinada		9.130	8.439
Pagamento de dividendos		(27.366)	(661)
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento		28.517	39.989
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa		335.252	(424.725)
Demonstração do movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		357.441	782.166
Impacto de mudanças na taxa de câmbio nas disponibilidades em moeda estrangeira		(39)	(34)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		692.654	357.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Instituição” ou “Banco Sicredi”), instituição financeira privada nacional, com sede a Rua Assis Brasil, 3.940 – Porto Alegre – RS, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operarem nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de março de 2009, na Assembleia Geral Extraordinária, o controle acionário do Banco foi transferido das Cooperativas e Centrais para a Sicredi Participações S.A., holding do Sistema, constituída em 10 de outubro de 2008, para controlar o Banco.

O Banco Sicredi e o Rabo Financial Institutions Development BV (RFID), braço de desenvolvimento do grupo holandês RABOBANK, firmaram acordo de investimento em 7 de junho de 2010. Com este acordo, a RFID deterá participação de 30% no capital social do Banco Sicredi. A parceria proporcionará o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema RABOBANK, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi, nos segmentos nos quais o RABOBANK tem expertise. O processo foi formalizado através de acordo de investimento e foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicredi em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 28 de abril de 2011.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Fundação IASC), em atendimento ao Comunicado 14.259/06, Resolução nº 3.786/09 e Circular 3.516/10 emitidas pelo BACEN.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são as primeiras a serem elaboradas de acordo com o padrão IFRS, sendo 1º de janeiro de 2009 a data de adoção inicial.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2009 (data da última versão traduzida para a língua portuguesa). As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2009, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco Sicredi em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco Sicredi possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco Sicredi exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas. As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco Sicredi obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco Sicredi são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros derivativos

3.2.1 Geral

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, swaps monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco Sicredi e um cliente. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

3.2.1 Geral--continuação

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

3.2.2 Instrumentos não utilizados para operações de hedge

Ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco Sicredi como mantidos para negociação e reconhecidos em "Receita de negociação".

3.3 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos *traders*, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados. Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na 'Receita de transações'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

Os resultados recebidos sobre ativos financeiros para negociação são reconhecidos em 'Receita de transações'. Todas as compras e vendas de ativos financeiros para negociação que devem ser entregues dentro de um período definido pelas regulamentações ou convenção de mercado são reconhecidas na data da transação.

3.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

A administração determina a classificação apropriada de um ativo financeiro na data da aquisição. Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4 Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Os ativos financeiros classificados como “disponíveis para venda” são inicialmente reconhecidos pelo custo e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de instrumentos acionários não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados. Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

A cada data do balanço, a administração avalia se há indicações objetivas de redução ao valor recuperável de ativos disponíveis para venda. Um investimento sofre redução ao seu valor recuperável caso o custo superar permanentemente seu valor recuperável, ou seja, o valor justo for permanentemente ou significativamente menor do que seu custo.

O valor recuperável de investimentos de instrumentos acionários não cotados em bolsa é determinado utilizando-se modelos de avaliação aprovados, enquanto o valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado.

Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo. Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

Todas as compras e vendas realizadas de acordo com as convenções de mercado padrão para ativos disponíveis para venda são reconhecidas na data da transação. Todas as demais compras e vendas são reconhecidas como instrumentos financeiros derivativos até a data da liquidação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.5 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição. Os ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros. Todas as compras e vendas realizadas de acordo com as convenções de mercado para ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidas na data da liquidação. Todas as demais compras e vendas são reconhecidas como contratos de derivativos a termo até suas datas de liquidação.

3.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

Dependendo do prazo e da aplicadora.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.8 Moedas estrangeiras

3.8.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Banco Sicredi.

3.8.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais. Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

3.9 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos. Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.11 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco Sicredi não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato. O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras—Continuação

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades. O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subseqüentemente são incluídos sob o item 'perdas com provisões de crédito' na conta de resultado.

3.12 Ativo intangível

3.12.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis do Banco Sicredi incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco Sicredi.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

3.13 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável. As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.13 Imobilizado--Continuação

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 57 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco Sicredi avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável. Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequentelemente.

3.14 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco Sicredi ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco Sicredi possuir uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco Sicredi espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

3.16 Benefícios a pessoal

Um plano de benefício definido é aquele que incorpora uma promessa de pagar um valor de benefício previdenciário, que geralmente está baseado em diversos fatores, tais como idade, número de anos de serviço e remuneração. Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco Sicredi paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco Sicredi paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco Sicredi não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item "despesas de pessoal".

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.17 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

As principais diferenças temporárias relacionam-se à depreciação do imobilizado, reavaliação de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, provisões para perdas com empréstimos e provisões para contingências legais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas de imposto que estão vigentes ou substancialmente vigentes na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado. Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.18 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.19 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco Sicredi teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.20 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2008, o Banco Sicredi preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As presentes demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são as primeiras preparadas em concordância com o International Financial Reporting Standards (IFRS).

Dessa forma, o Banco Sicredi preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas no IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2009, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para o IFRS.

4.1 Isenções aplicadas

O IFRS 1 – Primeira adoção do International Financial Reporting Standards permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos gerais do IFRS efetivo para o exercício encerrado em dezembro de 2010.

O Banco aplicou as seguintes isenções:

4.1.1 Combinações de negócios e escopo de consolidação

O IFRS 1 permite que combinações de negócios ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, em conformidade com o IFRS 3 – “Business Combinations”. Esta isenção permite que companhias que adotem IFRS pela primeira vez não sejam requeridas a levantar informações financeiras que não foram coletadas nas datas das combinações de negócios anteriores à data de transição, mantendo basicamente o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior. O Banco Sicredi efetuou uma combinação de negócio quando adquiriu parte da Administradora de Cartões, sendo assim o Banco se utilizou desta isenção mantendo os valores registrados baseados no BRGAAP.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.1 Isenções aplicadas--Continuação

4.1.2 Valor justo considerado como custo inicial

De acordo com o IFRS 1, uma entidade pode na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o novo custo deste ativo, a partir desta data. O Banco Sicredi e suas controladas não fizeram uso desta isenção, mantendo os valores baseados no BRGAAP.

4.1.3 Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e "joint-ventures"

O IFRS 1 prevê que podem existir situações nas quais a entidade controladora de um grupo e suas subsidiárias tenham adotado o IFRS em datas diferentes. Todas as empresas controladas pelo Banco Sicredi passaram a adotar o IFRS na mesma data.

4.1.4 Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

O IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros ao valor justo através do resultado ou como ativos disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isenção do IFRS 1, esta designação no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria.

O Banco Sicredi se utilizou desta isenção para reclassificar os seguintes instrumentos financeiros para "Ativos disponíveis para venda":

- a) Investimentos em ações: O Banco Sicredi possuía registrado no grupo Investimentos dentro do Ativo permanente, ações da CETIP, diante da abertura de capital desta empresa essas ações sofreram forte valorização e diante da intenção do Banco de negociar este instrumento o mesmo foi reclassificado para "Ativos disponíveis para venda" esta mesma reclassificação ocorreu nos números em BRGAAP divulgados no exercício de 2010.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.1 Isenções aplicadas--Continuação

4.1.4 Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos--continuação

b) Ativos mantidos para negociação: O Banco Sicredi classifica para BRGAAP suas operações com títulos e valores mobiliários segundo Circular nº 3068/01 do BACEN como “Ativos mantidos para negociação”, já na visão IFRS estes títulos por possuírem vencimentos de longo prazo devem ser classificados como “Ativos disponíveis para venda” como apresentado nessas demonstrações financeiras.

4.1.5 Operações de arrendamento mercantil (leasing)

Uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do IFRIC 4 (“Determining Whether an Arrangement Contains a Lease”) podendo determinar se um contrato de leasing existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. Concluiu-se que a aplicação do IFRIC 4 não gera impactos para o Banco Sicredi e suas controladas, uma vez que não foram identificados contratos com esta característica.

4.1.6 “Desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros

O IFRS 1 requer que uma instituição que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de “desreconhecimento” (“asset derecognition” como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Conseqüentemente, caso o Banco tivesse “desreconhecido”, de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro, não derivativo, como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não se poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o IFRS 1 permite a aplicação das normas de “desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem ao “desreconhecimento”. Este requerimento do IFRS 1 não gerou impacto para o Banco Sicredi e suas controladas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.1 Isenções aplicadas--Continuação

4.1.7 Estimativas

O IFRS 1 requer que as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Adicionalmente, caso a Administração obtenha uma informação após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do IAS 10. O IAS 10 é aplicável para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade, se houver. O Banco Sicredi e suas controladas consideraram as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças devido à existência de informações obtidas em data subsequente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

4.1.8 Demais isenções

As demais isenções foram analisadas mas não aplicadas pelo Banco Sicredi e suas controladas na Adoção do IFRS.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.2 Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009 (data da conversão para o IFRS).

	Nota	Saldo BR GAAP	Reclassificação	Nova mensuração	Saldo IFRS
Caixa e equivalentes de caixa	4.7.1	782.055	-	111	782.166
Valores a receber de instituições financeiras		1.087.191	-	-	1.087.191
Ativos financeiros para negociação	4.7.2	1.923.584	(1.923.426)	-	158
Derivativos	4.7.3	-	-	455	455
Empréstimos e recebíveis de clientes	4.7.4/4.7.1/4.7.3	3.351.823	-	4.749	3.356.572
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.7.2/4.7.5	-	1.923.426	499	1.923.925
Ativos intangíveis		498	-	-	498
Imobilizado	4.7.5/4.7.6/4.7.7	56.353	(5.101)	883	52.135
Propriedade de investimento	4.7.7	-	5.101	-	5.101
Crédito tributário corrente		5.271	-	-	5.271
Crédito tributário diferido	4.7.8	3.891	-	(2.244)	1.647
Outros ativos financeiros		14.391	-	-	14.391
Total do ativo		7.225.057	-	4.453	7.229.510
Depósitos de instituições financeiras	4.7.1	4.401.406	-	(1.039)	4.400.367
Depósitos de clientes	4.7.3/4.7.9	760.528	-	(1.252)	759.276
Obrigações por títulos e valores mobiliários		1.723.636	-	-	1.723.636
Derivativos		560	-	-	560
Provisões		356	-	-	356
Passivo tributário - corrente		3.369	-	-	3.369
Passivo tributário - diferido	4.7.8	-	-	1.350	1.350
Instrumentos híbridos de capital e dívida	4.7.10	85.271	(52.400)	-	32.871
Outros passivos		101.553	-	-	101.553
Total do passivo		7.076.679	(52.400)	(941)	7.023.338
Capital social	4.7.10	136.240	52.400	-	188.640
Reservas		12.137	-	-	12.137
Participação minoritária		1	-	-	1
Ajuste de valor patrimonial	4.7.2/4.7.5	-	-	(858)	(858)
Lucros acumulados	4.7.11	-	-	6.252	6.252
Total do patrimônio líquido		148.378	52.400	5.394	206.172
Total do passivo e patrimônio líquido		7.225.057	-	4.453	7.229.510

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.3 Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009.

	Nota	Saldo BR GAAP	Reclassificação	Nova mensuração	Saldo IFRS
Caixa e equivalentes de caixa	4.7.1	357.408	-	33	357.441
Valores a receber de instituições financeiras		2.217.605	-	-	2.217.605
Ativos financeiros para negociação	4.7.2	2.742.867	(2.742.743)	-	124
Derivativos		2	-	-	2
Empréstimos e recebíveis de clientes	4.7.4/4.7.1	3.747.966	-	4.416	3.752.382
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.7.2/4.7.5	-	2.742.743	6.989	2.749.732
Ativos intangíveis		384	-	-	384
Imobilizado	4.7.5/4.7.6/4.7.7	59.753	(4.999)	1.265	56.019
Propriedade de investimento	4.7.7	-	4.999	-	4.999
Crédito tributário corrente		2.282	-	-	2.282
Crédito tributário diferido	4.7.8	4.780	-	(1.296)	3.484
Outros ativos financeiros		12.005	-	-	12.005
Total do ativo		9.145.052	-	11.407	9.156.459
Depósitos de instituições financeiras	4.7.1	4.842.215	-	(469)	4.841.746
Depósitos de clientes	4.7.9	1.151.414	-	(170)	1.151.244
Obrigações por títulos e valores mobiliários		2.722.461	-	-	2.722.461
Provisões		866	-	-	866
Passivo tributário – corrente		12.592	-	-	12.592
Passivo tributário – diferido	4.7.8	-	-	4.041	4.041
Instrumentos híbridos de capital e dívida	4.7.10	93.710	(52.400)	-	41.310
Outros passivos		140.743	-	-	140.743
Total do passivo		8.964.001	(52.400)	3.402	8.915.003
Capital social	4.7.10	167.451	52.400	-	219.851
Reservas		13.599	-	-	13.599
Participação minoritária		1	-	-	1
Ajuste de valor patrimonial	4.7.2/4.7.5	-	-	3.579	3.579
Lucros acumulados	4.7.11	-	-	4.426	4.426
Total do patrimônio líquido		181.051	52.400	8.005	241.456
Total do passivo e patrimônio líquido		9.145.052	-	11.407	9.156.459

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.4 Conciliação do resultado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

		Saldo BR		Nova	Saldo
	Notas	GAAP	Reclassificação	mensuração	IFRS
Receita de juros	4.7.2	747.921	-	(907)	747.014
Despesa de juros	4.7.9	(648.233)	-	30	(648.203)
Receita líquida de juros		99.688	-	(877)	98.811
Receita de tarifas, taxas e comissões		148.030	-	-	148.030
Despesa de tarifas, taxas e comissões		(86.976)	-	-	(86.976)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		61.054	-	-	61.054
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	4.7.3	(797)	-	(80)	(877)
Outras receitas operacionais	4.7.1	32.002	-	(94)	31.908
Despesas de pessoal		(46.724)	-	-	(46.724)
Outras despesas administrativas		(77.810)	-	-	(77.810)
Depreciação e amortização	4.7.6	(3.688)	-	382	(3.306)
Outras despesas operacionais		(18.010)	-	-	(18.010)
Perdas com provisões de crédito	4.7.4	(910)	-	(2.374)	(3.284)
Lucro operacional antes da tributação		44.805	-	(3.043)	41.762
Tributos sobre o lucro	4.7.8	(17.848)	-	1.217	(16.631)
Lucro líquido		26.957	-	(1.826)	25.131

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.5 Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010.

	Notas	Saldo BR GAAP	Reclassificação	Nova mensuração	Saldo IFRS
Caixa e equivalentes de caixa	4.7.1	692.654	-	39	692.693
Valores a receber de instituições financeiras		3.549.123	-	-	3.549.123
Ativos financeiros para negociação	4.7.2	2.881.253	(2.881.121)	-	132
Derivativos		937	-	-	937
Empréstimos e recebíveis de clientes	4.7.4/4.7.1	5.370.127	-	4.538	5.374.665
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.7.2/4.7.5	-	2.881.121	-	2.881.121
Ativos intangíveis		443	-	-	443
Imobilizado	4.7.5/4.7.6/4.7.7	59.615	(4.934)	1.632	56.313
Propriedade de investimento	4.7.7	-	4.934	-	4.934
Crédito tributário corrente		1.251	-	-	1.251
Crédito tributário diferido	4.7.8	9.089	-	(1.494)	7.595
Outros ativos financeiros		22.097	-	-	22.097
Total do ativo		12.586.589	-	4.715	12.591.304
Depósitos de instituições financeiras	4.7.1	7.101.924	-	(607)	7.101.317
Depósitos de clientes	4.7.9	1.507.744	-	(262)	1.507.482
Obrigações por títulos e valores mobiliários		3.413.325	-	-	3.413.325
Derivativos		162	-	-	162
Provisões		1.616	-	-	1.616
Passivo tributário - corrente		17.090	-	-	17.090
Passivo tributário - diferido	4.7.8	4.700	-	1.338	6.038
Instrumentos híbridos de capital e dívida	4.7.10	102.840	(52.400)	-	50.440
Outros passivos		180.000	-	-	180.000
Total do passivo		12.329.401	(52.400)	469	12.277.470
Capital social	4.7.10	211.204	52.400	-	263.604
Reservas		38.969	-	-	38.969
Participação minoritária		1	-	-	1
Ajuste de valor patrimonial	4.7.2	7.014	-	(475)	6.539
Lucros acumulados		-	-	4.721	4.721
Total do patrimônio líquido		257.188	52.400	4.246	313.834
Total do passivo e patrimônio líquido		12.586.589	-	4.715	12.591.304

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.6 Conciliação do resultado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

	Notas	Saldo BR GAAP	Reclassificação	Nova mensuração	Saldo IFRS
Receita de juros	4.7.2	998.112	-	(217)	997.895
Despesa de juros	4.7.9	(844.913)	-	92	(844.821)
Receita líquida de juros		153.199	-	(125)	153.074
Receita de tarifas, taxas e comissões		191.375	-	-	191.375
Despesa de tarifas, taxas e comissões		(95.258)	-	-	(95.258)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		96.117	-	-	96.117
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	4.7.3	1.606	-	-	1.606
Outras receitas operacionais	4.7.1	15.288	-	-	15.288
Despesas de pessoal		(74.897)	-	-	(74.897)
Outras despesas administrativas		(120.398)	-	-	(120.398)
Depreciação e amortização	4.7.6	(4.776)	-	350	(4.426)
Outras despesas operacionais		(11.311)	-	(229)	(11.540)
Perdas com provisões de crédito	4.7.4	327	-	494	821
Lucro operacional antes da tributação		55.155	-	490	55.645
Tributos sobre o lucro	4.7.8	(21.919)	-	(196)	(22.115)
Lucro líquido		33.236	-	294	33.530

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco Sicredi são:

4.7.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação "PTAX800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS-- Continuação

4.7.2 Classificação de operações na categoria ativos mantidos para negociação

De acordo com o IAS 39 a entidade deve classificar as operações na categoria mantidos para negociação os ativos freqüentemente negociados pela instituição. O Banco Sicredi, na data de transição, revisou sua carteira e optou por reclassificar, para disponíveis para venda, todas as operações classificadas como mantidas para negociação.

4.7.3 Operações de compra e venda de câmbio

As normas contábeis societárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN prevêm o registro de operações de compra e venda de câmbio em rubricas contábeis de "Direito sobre Venda de Câmbio" ou "Cambio Comprado a Liquidar" integrantes do grupo de contas "outros créditos"; em contrapartida de rubricas contábeis de "Câmbio vendido a liquidar" ou "Obrigações por Compras de Câmbio" integrantes do grupo de contas intitulado "outras obrigações", fazendo refletir no "Balanço Patrimonial" como ativo, a "ponta ativa" das operações de compra e venda de câmbio e como passivo a "ponta passiva" das operações de compra e venda de câmbio.

Segundo os padrões internacionais, as operações de compra e venda de câmbio podem ser consideradas como "instrumentos financeiros derivativos", considerando suas características de não requererem investimento inicial, e serem de liquidação direta com a contraparte, com a segurança de que a instituição irá primeiro checar o pagamento dos montantes devidos pela contraparte antes de providenciar o seu pagamento. Considerando estas características, as transações de "compra e venda de câmbio" são apresentadas para fins de IFRS pelo seu valor justo e pelo saldo líquido a pagar ou receber, tal como um instrumento financeiro derivativo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS-- Continuação

4.7.4 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.7.5 Classificação de Investimentos do Ativo permanente

O Banco Sicredi classificava para o BRGAAP as ações de companhias abertas como "Investimentos" dentro do Ativo Permanente, registradas ao custo. Essas ações são consideradas para fins de IFRS instrumentos financeiros, sendo assim o Banco reclassificou essas ações, marcadas a mercado em contra partida ao patrimônio líquido, para a categoria "Ativos disponíveis para venda". Esta mesma reclassificação foi realizada no BRGAAP no ano de 2010.

4.7.6 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco Sicredi e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 57 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS-- Continuação

4.7.7 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco Sicredi é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco Sicredi e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo. Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco Sicredi efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

4.7.8 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco Sicredi efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.7.9 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS-- Continuação

4.7.9 Taxa efetiva de juros captação de poupança--continuação

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

O Banco Sicredi avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.

4.7.10 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco Sicredi através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas juntos às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco Sicredi efetuou a reclassificação do valor principal deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital, mantendo os encargos classificados como passivo não-circulante.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS-- Continuação

4.7.11 Lucros Acumulados

A transição para IFRS teve os seguintes impactos nos lucros acumulados

	Nota	01 de janeiro de 2009
Conversão em moeda estrangeira	4.7.1	1.064
Operações designadas para categoria ativos mantidos para negociação	4.7.2	1.147
Operações de compra e venda de câmbio	4.7.3	48
Provisão para créditos de liquidação duvidosa /Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis	4.7.4	3.369
Ativos permanentes	4.7.6	540
Taxa efetiva de juros sobre captação de poupança	4.7.9	84
Lucros Acumulados		6.252

4.8 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor

Em 31 de dezembro de 2010, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicredi em 31 de dezembro de 2010. Aquelas que estão em análise e poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicredi são discutidas abaixo:

4.8.1 IFRS 1 “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade” – isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais e eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs) que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRSs não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.8 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor--Continuação

- 4.8.2 IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – a IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração sejam subsequente e mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.
- 4.8.3 IAS 24 “Divulgações de Partes Relacionadas” – Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação e parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.
- 4.8.4 IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40. Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 – Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 – Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.
- 4.8.5 IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações” abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.
- 4.8.6 IFRIC 14 – pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento - Remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada à pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Transição para IFRS--Continuação

4.8 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor--Continuação

4.8.7 IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros” - divulgações – transferências de ativos financeiros aumentam as exigências de divulgações de transações envolvendo transferência de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição continua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

4.8.8 IFRIC 19 – “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital” – Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo total ou parcialmente.

5. Capital Regulatório

As principais exigências de índices de capital definidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) são derivadas das diretrizes de adequação de capital da União Européia e do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia. Esses índices comparam o capital qualificado (Nível I e Nível II) de um banco com o total de ativos ponderados pelo risco e itens fora do balanço e com a exposição ao risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima para o capital qualificado como um percentual dos ativos ponderados pelo risco é de 11%.

A tabela abaixo mostra o capital disponível para o Banco Sicredi S.A. e o capital mínimo exigido pelas autoridades regulatórias.

Os ativos são ponderados de acordo com as categorias amplas de risco hipotético com as ponderações refletindo o capital exigido para garantir os ativos. Cinco ponderações de risco são utilizadas: 0%, 20%, 50%, 75% e 100%.

Passivos fora do balanço, referentes a empréstimos, contratos a termo, operações a termos e opções baseadas em instrumentos financeiros derivativos possuem diversas categorias de fatores de conversão aplicados a eles para divulgar esses itens pelos seus valores equivalentes no balanço. Então, esses valores equivalentes também recebem ponderações de risco.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Capital Regulatório--Continuação

Índices do Banco Sicredi

	2010	2009
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	250.173	181.050
Capital acionário	211.204	167.451
Reservas	38.969	13.599
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	109.380	97.289
Instrumentos híbridos de capital e dívida	102.840	93.710
Ajuste de valor patrimonial	6.540	3.579
Total do capital qualificado	359.553	278.339
Ativos ponderados pelo Risco	331.343	219.528
Índices	11,94%	13,95%

6. Gerenciamento de Riscos

6.1 Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Contudo, dada a característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo a instituição a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores: (i) tamanho da exposição; (ii) prazo da exposição; (iii) probabilidade de inadimplência; (iv) concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos clientes individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e (v) diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito da instituição, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.1 Risco de crédito--Continuação

6.1.1 Cultura de crédito

O Banco Cooperativo Sicredi, como instituição integrante ao Sistema Sicredi, tem sua cultura de crédito alinhada às diretrizes do Sistema, ou seja, a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

Em consonância a este preceito, as operações de crédito do Banco Sicredi são realizadas, em sua maioria, com instituições integrantes ao Sistema Sicredi através de repasses interfinanceiros ou através de operações diretas aos associados das cooperativas, garantias por elas através de fiança.

O Banco Sicredi atua ainda de forma pontual e complementar nas operações de crédito cuja exposição total do tomador possa ultrapassar o limite máximo de concentração definido nas políticas de crédito do Sicredi para as cooperativas integrantes ao Sistema.

Neste contexto, a cultura de crédito do Banco Sicredi é baseada nos seguintes preceitos básicos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
- Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
- Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
- Observação incondicional da Política de Crédito do Banco Sicredi;
- Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.1 Risco de crédito—Continuação

- Crescimento sustentável das carteiras; e
- Utilização adequada dos sistemas de informações.

6.1.2 Estrutura de gestão de risco de crédito

A Resolução CMN 3.721/09, em seu artigo 8º, determina que gerenciamento do risco de crédito deva ser realizado por uma unidade específica e segregada das unidades de negociação e executora de atividades de auditoria interna.

6.1.3 Estrutura de gestão de risco de crédito

No Banco Sicredi a estrutura de gerenciamento de risco de crédito está a cargo da Diretoria de Economia e Riscos e a Gerência de Risco de Crédito, cujo papel consiste na aplicação das políticas, metodologias e utilização de ferramentas para a gestão de risco de crédito em suas atividades.

6.1.4 Política de crédito

A Política de Crédito é primordial para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades seqüenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Elaboração do Produto: esta etapa consiste em planejar adequadamente fatores como: público-alvo, formas de pagamento, fluxo de aprovação, prazos, taxas, garantias e retorno esperado para evitar o insucesso de um produto.

Iniciação ao Crédito: esta etapa refere-se ao processo de concessão do crédito, em que são definidas as políticas e estratégias, modelos de decisão, fluxo e critérios da análise de crédito, sistemas de captura e aplicação da política, ficha cadastral, política de exceção, entre outros.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.1 Risco de crédito—Continuação

6.1.4 Política de crédito—Continuação

Manutenção do Crédito: esta etapa consiste em atualizar e administrar corretamente as necessidades e informações do cliente, bem como acompanhar e gerir os limites. As principais funções são administração dos limites, autorizações de utilizações, oferta de novos produtos, prevenção à cobrança, entre outros.

Cobrança: etapa em que é realizado o processo de recuperação do crédito e recuperação do cliente, quando possível.

Perdas de Crédito: reconhecimento das perdas. No Brasil, a baixa a prejuízo é regulada pela Res. 2.682/99 e deve ocorrer após uma operação permanecer classificada em *rating* H durante seis meses e inadimplente durante 180 (cento e oitenta) dias.

Gerenciamento de Risco: as informações referentes aos resultados verificados durante todo o ciclo de crédito são utilizadas nesta etapa para gerenciar os riscos e traçar novas estratégias.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar: (i) as normas legais; (ii) a definição estratégica da instituição; (iii) os objetivos a serem alcançados; (iv) a forma de decisão e de delegação de poder; (v) os limites de crédito; (vi) a análise de crédito; (vii) a composição e a formalização dos processos; e (viii) a administração e o controle de crédito.

A constituição destes fatores/padrões tem como objetivo principal equilibrar o resultado da empresa, através de uma excelente qualidade da carteira de crédito, de um eficiente gerenciamento do risco orientando as atividades de crédito e delimitando os níveis de tolerância. Além de atuar tática e estrategicamente com as metas e planos da empresa.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.1 Risco de crédito—Continuação

6.1.5 Delimitações do crédito

No Banco Sicredi, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes, classificados em:

- Sinais de Alerta: As ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;
- Critérios Restritivos: Os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;
- Critérios de Impedimento: Os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco Sicredi. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente no momento da concessão e liberação do crédito;
- Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a exigibilidade a crédito.

No Banco Sicredi, a deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada Individual – atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de Crédito – alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.1 Risco de crédito—Continuação

6.1.6 Recuperação de crédito

No Banco Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Banco Sicredi é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

6.1.7 Operações com o mercado financeiro

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Banco Sicredi no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

6.1.8 Redução ao valor recuperável – Impairment

Para fins de evidência de *Impairment*, o Banco Sicredi segmenta as operações de sua carteira de crédito em:

- Provisão específica: As operações desta segmentação são realizadas com instituições filiadas ao Sicredi ou com coobrigação destas. Com base em nossa experiência histórica, a inadimplência destas operações é nula. Nesses casos, o Banco opta por não estimar perdas;
- Provisão coletiva: Nesta segmentação a inadimplência estimada é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de inadimplência das operações;
- Provisão geral (IBNR): Para esta segmentação o Banco Sicredi avalia a probabilidade de inadimplência por meio de uma ferramenta estatística que tem por objetivo reconhecer as perdas ocorridas, mas não reconhecidas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

O Banco Sicredi atende requisitos necessários para o cálculo do Risco de Liquidez, através da Resolução 2.804 e Circular 3.393 do Banco Central do Brasil (BCB). A Resolução exige que o nível de liquidez da instituição financeira para um período mínimo de 90 dias úteis seja apurado diariamente.

6.3 Risco de mercado

A política de risco de mercado do Sicredi destaca os elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada, traçando as diretrizes seguidas no gerenciamento de risco de mercado do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado foi implantada na Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Sicredi, subordinada à Diretoria de Economia e Riscos, e tem como abrangência de atuação todo o Sistema, considerando-se o Banco Sicredi e suas empresas ligadas, a Confederação Sicredi, as Cooperativas Centrais e as Cooperativas Singulares filiadas.

As principais diretrizes traçadas para a gestão do risco de mercado no Sistema consistem em:

- Estabelecer práticas alinhadas e comuns a todas as entidades;
- Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica no controle de riscos;
- Estabelecer princípios de governança e divulgação de informações de risco de mercado para o conjunto de entidades; e
- Garantir a revisão e aperfeiçoamentos permanentes das metodologias e práticas de gestão de risco de mercado;

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

Essas diretrizes estão em conformidade com os normativos em vigor e as melhores práticas de gerenciamento do risco de mercado, sendo compatíveis com o perfil de risco de mercado do Sicredi. A definição de risco de mercado, os tipos de risco gerenciados e as metodologias adotadas na sua gestão serão apresentados a seguir:

6.3.1 Definição, tipos e categorias de riscos avaliados

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento adotado abrange os seguintes tipos de riscos de mercado:

- Risco de Taxas de Juros: risco de perda no valor econômico de uma carteira decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros. As categorias de risco de taxas de juros gerenciadas incluem exposições a taxas de juros pré-fixadas, a cupons de moedas estrangeiras, a cupons de preços, e a cupons de taxas de juros pré-fixadas;
- Risco de Derivativos: risco de perdas devido ao uso de derivativos, para especulação ou para proteção de posições (hedge). As categorias de risco de derivativos avaliados incluem, entre outros, contratos de “swaps”, contratos futuros (Juros, Câmbio e Cupom Cambial), operações a termo e estruturadas e Opções;
- Risco de “Hedge”: risco de perdas devido ao uso inapropriado de instrumentos para proteção (hedge), estando incluídas todas as operações estruturadas com intenção de proteger as carteiras;
- Risco de Ações: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado das carteiras de ações. As categorias avaliadas incluem todos os ativos de renda variável, com destaque para ações e direitos de subscrição;
- Risco de Taxas de Câmbio: risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio. As categorias de operações com moeda estrangeira incluem, entre outras: Dólar dos Estados Unidos da América, Euro, Franco Suíço, Iene e Libra Esterlina; e

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.1 Definição, tipos e categorias de riscos avaliados--continuação

- Risco de “Commodities”: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de “commodities”.

As categorias supracitadas ilustram a possibilidade de perdas decorrentes da incerteza quanto aos valores futuros dos ativos negociados e/ou dos valores de variáveis correlacionadas que lhe sirvam como instrumento (lastro). A gestão de riscos de mercado consiste em um processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros utilizados, através de uma gama de metodologias de mensuração, conforme destacado a seguir.

6.3.2 Método de gerenciamento de risco de mercado adotado

A quantificação ou mensuração do risco de mercado no Sistema baseia-se na decomposição das operações nos seus respectivos fatores e, a partir desta, da realização das seguintes análises, entre outras:

- Análise de GAPS: descasamento de operações – ativos e passivos – avaliado de acordo com uma estrutura futura de taxa de juros ou cupom;
- Valor em Risco – VaR: medida estatística que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado;
- Análise de Sensibilidade: medida de variação no valor da carteira em função de alterações na estrutura de juros; e
- Testes de Estresse: medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.2 Método de gerenciamento de risco de mercado adotado--continuação

As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerenciar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco da instituição, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Um elemento essencial na aplicação dessas metodologias consiste na segregação das carteiras em negociação (trading) e não negociação (banking), processo que será objeto do item 2.4. De acordo com a carteira, métodos diferentes poderão ser aplicados, seja de forma gerencial, seja para alocação de capital para riscos.

6.3.3 Processo de gerenciamento de risco de mercado

O Sicredi adota uma série de práticas visando gerenciar o risco de mercado das operações, produtos e negócios realizados, bem como garantir a alocação de capital econômico compatível com os níveis de exposições. Essas práticas variam conforme a natureza e a magnitude das exposições a risco de mercado incorridas, bem como das características das instituições pertencentes ao sistema.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado para todas as carteiras geridas, nas quais são aplicados os recursos financeiros das instituições Sistema;
- Identificação, apuração, monitoramento e controle dos requerimentos de capital para risco de mercado da carteira de negociação (trading) e das demais exposições expostas a exigibilidades; e
- Realização de testes sistemáticos sobre as exposições assumidas nas carteiras, especialmente as classificadas na categoria de não negociação (banking), com vistas a apurar os potenciais impactos de choques adversos sobre o capital.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.3 Processo de gerenciamento de risco de mercado--continuação

Esses processos, gerenciais e legais, são conduzidos pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Sicredi, com base nas premissas apresentadas a seguir.

6.3.4 Periodicidade das análises

- Análises Diárias: cálculos de risco de mercado para as carteiras, especialmente as de negociação (trading);
- Análises Mensais: cálculos de risco de mercado relativos às carteiras de não negociação (banking); e
- Demais Análises: análises adicionais realizadas sempre que necessário, seja em função de novas exposições, seja em função de alterações nos cenários de mercado que possam impactar nas exposições incorridas.

6.3.5 Monitoramento, comunicação e reporte

Os riscos apurados são avaliados e reportados aos responsáveis pelo risco de mercado das empresas do Sistema, respeitando a periodicidade em que são medidos. A Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Sicredi, monitoram as exposições individuais e sistêmicas, as exceções aos limites estabelecidos e as situações atípicas de mercado que possam resultar em perdas significativas para as carteiras. Essas exposições são reportadas em Comitês Técnicos e Decisórios, bem como informadas aos gestores responsáveis, com vistas à sua adequação. Após a comunicação de eventuais desenquadramentos, as exposições excessivas devem ser ajustadas no prazo de até 24 horas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.6 Controle de limites de exposição financeira

São realizadas simulações para as exposições potenciais esperadas para as carteiras, de forma a fundamentar a definição dos limites a serem respeitados pelas empresas do Sistema, adicionais aos limites legais em vigor. A definição de limites tem como objetivo estabelecer o potencial de consumo do capital das operações, garantindo a manutenção de um volume suficiente de recursos para fazer frente aos riscos mensurados. Os limites definidos têm como premissa as características das operações realizadas, especialmente em relação às expectativas de resultado e riscos incorridos.

Os limites estabelecidos têm como base:

- Atribuição de volumes máximos de exposição em um determinado ativo ou fator de risco;
- Atribuição de um valor máximo de perdas para um período, controlados através do VaR (valor em risco); e
- Atribuição de outros limites de exposição máxima, conforme os tipos e categorias de ativos e a natureza de suas exposições.

6.3.7 Classificação de carteiras

Os critérios de classificação das carteiras em negociação (trading) ou não-negociação (banking) são propostos sistemicamente pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Sicredi e submetidos à avaliação do Comitê Técnico de Riscos, sendo aplicados a todas as entidades do Sicredi, assim como os métodos de verificação adotados.

A carteira de negociação é composta por posições em instrumentos financeiros e ativos mantidos com a finalidade de negociação ou cobertura (hedge) de outros instrumentos da carteira de negociação. Para serem incorporados a esta carteira, os instrumentos financeiros devem estar livres de qualquer restrição de negociabilidade, podendo ser totalmente cobertos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.7 Classificação de carteiras--continuação

Além disso, as posições assim classificadas são valorizadas com maior freqüência e precisão e a carteira é gerida de forma ativa.

Os seguintes requisitos devem ser satisfeitos para receberem o referido tratamento:

- Manter estratégias de negociação de posições/instrumentos claramente documentadas e aprovadas pela alta direção (incluindo o horizonte esperado de manutenção das posições); e
- Manter políticas e procedimentos claramente definidos para a gestão ativa da posição, para assegurar-se que:
 - a) As posições são geridas por uma equipe de negociação;
 - b) Existam limites estabelecidos para as posições e garantias de que os mesmos sejam supervisionados para comprovar sua adequação;
 - c) Que o pessoal encarregado pela negociação conte com autonomia para tomar e gerir as posições dentro dos limites aprovados e em conformidade com a estratégia definida;
 - d) Que as posições sejam avaliadas a preços de mercado pelo menos diariamente e, no caso de seguirem um modelo, que os parâmetros sejam avaliados com periodicidade diária;
 - e) Que a alta direção seja informada das posições mantidas como parte integral do processo de gestão de riscos da Instituição;
 - f) Que se desenvolva um seguimento ativo das posições com referência às fontes de informações de mercado (devendo realizar-se uma avaliação ativa da liquidez de mercado e da capacidade de cobrir as posições e perfis de risco da carteira); e

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.7 Classificação de carteiras--continuação

- g) Manter política e procedimentos claramente definidos para a condução das posições com respeito à estratégia de negociação do banco, incluindo a condução do volume das operações e de posições vencidas na carteira de negociação do banco.

Os sistemas utilizados deverão estar aptos para a classificação de operações com base nos critérios técnicos previamente estabelecidos na especificação dos mesmos. As operações não classificadas como negociação (trading) são consideradas, conseqüentemente, como de não-negociação (banking).

6.3.8 Var – (Value at Risk)

O Value at Risk é uma medida estatística baseada na probabilidade e considera as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado, que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado.

Para um determinado portfólio, o VaR mede a perda futura potencial (em termos de valor de mercado) que não deverá ser superada, em condições normais, com um nível definido de acurácia (confiança) para um determinado período (holding period). O VaR pode ser estimado por diferentes metodologias (relativas a intervalos de confiança, distribuição e métodos de extração da volatilidade), de acordo com as características das carteiras apuradas, em relação aos ativos, mercado, prazos, etc.

As principais vantagens do VaR são:

- Pode ser aplicado para uma carteira com um conjunto de posições da instituição;
 - Pode ser adotado como medida de comparação de risco entre diversas carteiras, contendo diferentes fatores de risco de mercado;
- e

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado--Continuação

6.3.8 Var – (Value at Risk)--continuação

- É uma medida de fácil interpretação.

6.3.9 Backtesting

O Backtesting é um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição e já é um requerimento das autoridades reguladoras. Como o VaR tenta prever a perda de 1 dia caso as posições permaneçam inalteradas, é essencial calcular os ganhos/perdas incorridos usando a mesma hipótese. A análise de backtesting compara a série temporal de valores de VaR estimadas com o valor de perda observado. A comparação da frequência de perdas que excedem o VaR com o nível de confiança estatístico adotado dá uma indicação da eficiência do modelo de VaR, e da necessidade de sua reavaliação. Essa comparação deve abranger períodos longos de avaliação, com uma amostra suficiente de informações.

6.3.10 Divulgação de informações

A divulgação das informações relativas à política de risco de mercado será realizada através dos instrumentos de comunicação disponíveis, entre os quais, destacam-se:

- Portal Cooperativo Sicredi;
- Site Corporativo Sicredi;
- Demonstrativos Semestrais; e
- Relatórios Anuais.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.3 Risco de mercado—Continuação

6.3.11 Aprovação de novos produtos

A criação de novos produtos, em quaisquer das empresas, é submetida a etapas preliminares de avaliação de riscos, nas quais os principais fatores que impactam a remuneração do negócio são avaliados, mapeados e documentados, garantindo, assim, a implantação prévia de todos os controles necessários ao seu adequado gerenciamento. As análises do produto são realizadas no Comitê Técnico de Riscos, de acordo com seu regulamento.

6.4 Risco operacional

A política de gerenciamento do risco operacional constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação dos dispositivos de monitoramento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

As atividades de gerenciamento do risco operacional no Banco Sicredi e empresas controladas estão sob responsabilidade da Diretoria de Economia e Riscos e são exercidas pela Gerência de Risco Operacional, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06.

Em 2010 foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Estabelecimento formal da Gerência de Risco Operacional, a partir da consolidação da reestruturação das empresas de terceiro grau do Sistema;
- Revisão e adequação da política de gerenciamento de risco operacional, adaptando-a a reestruturação das empresas de terceiro grau do Sistema;
- Disseminação da política de gerenciamento de risco operacional a todos os níveis da Instituição;
- Aplicação da Abordagem Padronizada Básica para cálculo da exigência de capital relativa à parcela de risco operacional (POPR);

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.4 Risco operacional--Continuação

- Consolidação da estrutura e dos procedimentos de coleta de dados para alimentação da base de dados de perdas operacionais - possibilitando, no futuro, a adoção de metodologias avançadas para o cálculo da exigência de capital relativa à parcela de risco operacional (POPR);
- Divulgação da descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional em relatório de acesso público, por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Estrutura \ Banco Cooperativo Sicredi \ Gerenciamento de Riscos \ Risco Operacional".

6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	2010			
	Valor contábil	Diferença	Valor justo	Nota
Ativo				
Valores a receber de instituições financeiras	3.549.123	1.321	3.550.444	6.5.1
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.881.121	396	2.881.517	6.5.2
Empréstimos e recebíveis de clientes	5.374.665	-	5.374.665	6.5.4
Total do ativo	11.804.909	1.717	11.806.626	
Passivo				
Depósitos de instituições financeiras	7.101.317	-	7.101.317	6.5.4
Depósitos de clientes	1.507.482	-	1.507.482	6.5.4
Obrigações por títulos de valores mobiliários	3.413.325	2.334	3.415.659	6.5.3
Total do passivo	12.022.124	2.334	12.024.458	

	2009			
	Valor contábil	Diferença	Valor justo	Nota
Ativo				
Valores a receber de instituições financeiras	2.217.605	665	2.218.270	6.5.1
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.749.732	358	2.750.090	6.5.2
Empréstimos e recebíveis de clientes	3.752.382	-	3.752.382	6.5.4
Total do ativo	8.719.719	1.023	8.720.742	
Passivo				
Depósitos de instituições financeiras	4.841.746	-	4.841.746	6.5.4
Depósitos de clientes	1.151.244	-	1.151.244	6.5.4
Obrigações por títulos de valores mobiliários	2.722.461	2.952	2.725.413	6.5.3
Total do passivo	8.715.451	2.952	8.718.403	

Essa tabela foi incluída uma vez que nem todos os instrumentos financeiros são divulgados pelo valor justo nas demonstrações financeiras. O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

- 6.5.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.
- 6.5.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.5.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.5.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação. A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Pré	1.865.527.102	1.033.894.212	5%	6%	11%	13%	24%	29%
TR	835.875.560	524.561.800	4%	6%	9%	14%	20%	32%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros, exceto instrumentos financeiros correntes e valores a pagar e receber decorrentes do curso normal do negócio. Em função do prazo relativamente curto entre seu reconhecimento inicial e realização esperada, os valores contábeis desses itens são uma boa aproximação dos seus valores justos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010				
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	692.693	-	-	692.693
Valores a receber de instituições financeiras	3.549.123	-	-	3.549.123
Ativos financeiros para negociação	-	132	-	132
Derivativos	-	937	-	937
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	5.374.665	-	5.374.665
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.881.121	-	2.881.121
Passivo				
Depósitos de instituições financeiras	7.101.317	-	-	7.101.317
Depósitos de clientes	1.507.482	-	-	1.507.482
Obrigações por títulos de valores mobiliários	-	3.413.325	-	3.413.325
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	50.602	-	50.602
Em 31 de dezembro de 2009				
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	357.441	-	-	357.441
Valores a receber de instituições financeiras	2.217.605	-	-	2.217.605
Ativos financeiros para negociação	-	124	-	124
Derivativos	-	2	-	2
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	3.752.382	-	3.752.382
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.749.732	-	2.749.732
Passivo				
Depósitos de instituições financeiras	4.841.746	-	-	4.841.746
Depósitos de clientes	1.151.244	-	-	1.151.244
Obrigações por títulos de valores mobiliários	-	2.722.461	-	2.722.461
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	41.310	-	41.310

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos--Continuação

6.6 Atividades de serviços fiduciários e administração de ativos

O Banco Sicredi oferece serviços fiduciários, administração de consórcios e administração de ativos, sendo parte desses serviços a tomada de decisões sobre a alocação, compra e venda de uma ampla gama de instrumentos financeiros. Os ativos mantidos em conexão com atividades fiduciárias não são divulgados nessas demonstrações financeiras. Para alguns dos acordos, o Banco Sicredi concordou em atingir metas de rentabilidade para os ativos sob sua gestão. Com esses serviços, o Banco Sicredi poderá estar exposto ao risco de ser responsabilizado pela gestão ou desempenho inadequado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	4.439	2.585
Operações compromissadas	627.788	320.489
Depósitos em bancos centrais que não os depósitos de reservas compulsórios	32.287	19.864
Disponibilidades	28.179	14.503
Total de caixa e equivalentes de caixa	692.693	357.441

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima. Esses depósitos não estão disponíveis para uso do Banco Sicredi em suas atividades comerciais diárias.

8. Valores a receber de instituições financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos junto a instituições financeiras	266.665	196.291
Operações compromissadas - aplicações	3.282.458	2.021.314
Total de valores a receber de instituições financeiras	3.549.123	2.217.605

9. Ativos financeiros para negociação

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de ações de capital	132	124
Total de ativos para negociação	132	124

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco Sicredi.

<i>Em 31 de dezembro de 2010</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	789.646	937	162
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos	789.646	937	162

<i>Em 31 de dezembro de 2010</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
- Derivativos de moedas	595.803	145	130
- Não cotados	3.530	145	130
- Swaps	3.530	145	130
- Cotados	592.273	-	-
- Futuros	592.273	-	-
- Derivativos de taxas de juros	193.843	792	32
- Não cotados	193.843	792	32
- Swaps	193.843	792	32
Total instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	789.646	937	162

11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2010	2009
Empréstimos para clientes privados:	5.376.704	3.755.189
Menos: Provisões de crédito	(2.039)	(2.807)
Total de empréstimos e recebíveis de clientes	5.374.665	3.752.382

	2010	2009
Detalhamento das provisões de crédito:		
Em 1º de janeiro	2.807	1.862
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	-	3.284
- Estorno de provisão de crédito	(822)	-
- Empréstimos não pagos baixados durante o exercício	-	(2.332)
- Outros	54	(7)
Total das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	2.039	2.807
Provisão específica	-	-
Provisão coletiva	1.029	1.707
Provisão geral (IBNR)	1.010	1.100
Total das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	2.039	2.807

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2010	2009
Títulos públicos	<u>2.869.392</u>	2.742.743
Outros instrumentos de dívida	23	-
Instrumentos de ações de capital	<u>11.706</u>	6.989
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>2.881.121</u>	<u>2.749.732</u>

13. Ativo intangível

	Outros ativos intangíveis	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2010</i>		
Valor contábil líquido inicial	<u>384</u>	<u>384</u>
- Adições	276	276
- Amortização	(217)	(217)
Valor contábil líquido final	<u>443</u>	<u>443</u>
Custo	276	276
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(217)	(217)
Valor contábil líquido	<u>59</u>	<u>59</u>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2009</i>		
Valor contábil líquido inicial	<u>498</u>	<u>498</u>
- Adições	236	236
- Baixas	(40)	(40)
- Amortização	(310)	(310)
Valor contábil líquido final	<u>384</u>	<u>384</u>
Custo	196	196
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(310)	(310)
Valor contábil líquido	<u>(114)</u>	<u>(114)</u>

14. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2010</i>			
Valor contábil líquido inicial	<u>42.458</u>	13.561	<u>56.019</u>
- Compras	249	4.239	4.488
- Alienações	(31)	(50)	(81)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(684)	(3.429)	(4.113)
Valor contábil líquido final	<u>41.992</u>	<u>14.321</u>	<u>56.313</u>
Custo	218	4.189	4.407
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(684)	(3.429)	(4.113)
Valor contábil líquido	<u>(466)</u>	<u>760</u>	<u>294</u>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2009</i>			
Valor contábil líquido inicial	<u>42.520</u>	9.615	<u>52.135</u>
- Compras	1.380	6.230	7.610
- Alienações	(808)	(12)	(820)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(634)	(2.272)	(2.906)
Valor contábil líquido final	<u>42.458</u>	<u>13.561</u>	<u>56.019</u>
Custo	572	6.218	6.790
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(634)	(2.272)	(2.906)
Valor contábil líquido	<u>(62)</u>	<u>3.946</u>	<u>3.884</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

15. Propriedades para investimento

	2010	2009
Valor contábil líquido inicial	4.999	5.101
- Compras	30	-
- Vendas	-	(14)
- Depreciação	(95)	(88)
Valor contábil líquido final	4.934	4.999
Custo	30	(14)
Depreciação acumulada	(95)	(88)
Valor contábil líquido	(65)	(102)
Receita de locação e depreciação de propriedades para investimento:		
Receita de locação líquida de propriedades para investimento	500	513
Depreciação de propriedades para investimento	(95)	(88)

O valor justo e o valor contábil são praticamente iguais. O vencimento máximo remanescente de propriedades para investimento é de 15 anos.

16. Outros ativos

	2010	2009
Recebíveis e pagamentos antecipados	13.769	8.473
Ativos em andamento	664	6
Outros ativos	7.664	3.526
Total de outros ativos	22.097	12.005

17. Depósitos de instituições financeiras

	2010	2009
Outros empréstimos	1.940.654	1.221.081
Outros depósitos	5.160.663	3.620.665
Total de depósitos de instituições financeiras	7.101.317	4.841.746

18. Depósitos de clientes

	2010	2009
Depósitos à vista	23.774	3.796
Depósitos a prazo	1.482.503	1.147.052
Outros devido a clientes	1.205	396
Total de depósitos de clientes	1.507.482	1.151.244

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	2010	2009
Outros títulos de dívida	3.413.325	2.722.461
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	3.413.325	2.722.461

20. Provisões

O Banco Sicredi reconheceu as seguintes provisões durante o exercício.

	2010	2009
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	866	356
- Adições debitadas do lucro	750	510
Saldo final de outras provisões	1.616	866

Outras incluem substancialmente provisões para demandas trabalhistas.

Vencimento das provisões do Banco Sicredi (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2010	241	1.375	-	1.616
Em 31 de dezembro de 2009	324	542	-	866

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 40% (2009: 40%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

	2010	2009
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	3.484	1.647
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	4.176	2.200
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- mensuração do valor justo	(65)	(363)
Saldo final	7.595	3.484
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	4.041	1.350
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	178	133
- Ativos financeiros disponíveis para venda		
- mensuração do valor justo	1.911	2.596
- Diferenças cambiais	(92)	(38)
Saldo final	6.038	4.041
Ativo fiscal diferido – por tipo		
Reduções ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	760	1.253
Outras provisões	611	334
Provisão para PPR e Bônus	5.887	1.495
Marcação a Mercado TVM	337	402
Total do ativo fiscal diferido	7.595	3.484
Passivo fiscal diferido – por tipo		
Ajuste valor patrimonial	4.676	2.789
Imobilizado	653	513
Diferenças cambiais	580	672
Marcação a Mercado TVM	24	-
Outras diferenças temporárias	105	67
Total do passivo fiscal diferido	6.038	4.041

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos híbridos de capital e dívida

	2010	2009
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	52.400	52.400
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	50.440	41.310
Total	102.840	93.710

Em conformidade com a Resolução CMN 2.837/2001, a instituição efetuou operações de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras (RS, PR, MT, MS e SP), através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Títulos Privados - CETIP. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS o valor do principal de R\$ 52.400 (2009 – R\$ 52.400) foi reclassificado para capital social diante da característica, permanecendo no passivo não-circulante o valor dos encargos.

23. Outros passivos

	2010	2009
Valores a pagar	155.447	108.781
Dividendos a pagar	8.548	26.305
Outros	16.005	5.657
Total de outras dívidas	180.000	140.743

24. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$ 211.204 (2009 - R\$ 167.451), representado por 105.602.223 ações ordinárias e 105.602.223 preferenciais (2009 - 83.725.658 ações ordinárias e 83.725.658 ações preferenciais), escriturais sem valor nominal.

Em 31 de março de 2009, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi autorizado e integralizado aumento do capital social, no montante de R\$ 31.211, mediante a emissão de 15.605.575 ações ordinárias e 15.605.575 ações preferenciais, o qual foi aprovado pelo BACEN em 22 de maio de 2009.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--continuação

Em 21 de maio de 2010, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizado e integralizado aumento do capital social, no montante de R\$ 28.275, mediante a emissão de 14.137.560 ações ordinárias e 14.137.560 ações preferenciais, o qual foi aprovado pelo BACEN em 27 de maio de 2010.

Em 22 de outubro de 2010, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi autorizado e integralizado aumento do capital social, no montante de R\$ 15.478, mediante a emissão de 7.739.005 ações ordinárias e 7.739.005 ações preferenciais, aprovadas pelo BACEN em 29 de outubro de 2010.

Na adoção do IFRS o Banco Sicredi reclassificou o principal de R\$ 52.400 (2009 – R\$ 52.400) dos instrumentos híbridos de capital e dívida para capital social diante da característica da captação efetuada pelo Banco (vide notas 3.2, 3.3 e 3.5).

b) Reservas

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404.

Reserva Especial de Lucro - Na Reunião de Diretoria realizada dia 22 de dezembro de 2010 foi autorizada a constituição de reserva no montante de R\$ 23.594.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Em 18 de março de 2010, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi ratificada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2009 no valor de R\$ 25.495.

Na Reunião de Diretoria realizada dia 22 de dezembro de 2010, foi autorizada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2010, no montante de R\$ 7.865.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido--Continuação

d) Lucros (prejuízos) acumulados

Considerando que os ajustes decorrentes da adoção ao IFRS não devem ter destinação, o Banco Sicredi resolveu apresentar esses valores na conta "Lucros (prejuízos) acumulados".

25. Receitas e despesas de juros

	2010	2009
Receita de juros		
Valores a receber de instituições financeiras	362.045	276.960
Ativos financeiros para negociação	450	1.187
Empréstimos e recebíveis de clientes	373.593	286.657
Ativos financeiros disponíveis para venda	261.807	182.210
Total da receita de juros	997.895	747.014
Despesa de juros		
Depósitos de instituições financeiras	(662.572)	(493.301)
Depósitos de clientes	(78.614)	(58.931)
Obrigações por títulos e valores mobiliárias	(103.635)	(95.971)
Total da despesa de juros	(844.821)	(648.203)
Juros líquidos	153.074	98.811

26. Tarifas, taxas e comissões

	2010	2009
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	10.902	6.481
Taxa de administração de cartões	45.899	36.691
Taxa de administração de operações de consórcio	29.184	18.411
Comissão de seguro	87.793	72.175
Taxas de custódia e serviços de títulos	1.454	1.100
Taxas de administração	16.143	13.172
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	191.375	148.030
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Taxas de administração	(95.258)	(86.976)
Total da despesa de taxas e comissões	(95.258)	(86.976)
Taxas e comissões líquidas	96.117	61.054

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

27. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	2010	2009
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	739	(1.372)
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	867	495
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	1.606	(877)

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

28. Outras receitas operacionais

	2010	2009
Receitas com carteira de câmbio	7.366	18.699
Convênio INSS	1.200	1.146
Convênio Pré-depósito Compe	2.594	2.432
Reversão provisão operacionais	460	437
Recuperação de encargos e despesas	563	419
Receita variação monetária	2.357	5.370
Outras receitas operacionais	748	3.405
Total de outras receitas operacionais	15.288	31.908

29. Despesas de pessoal

	2010	2009
Ordenados e salários	(54.690)	(32.080)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(13.650)	(9.387)
Custos previdenciários para planos de benefício definido	(1.042)	(856)
Outras despesas de pessoal	(5.515)	(4.401)
Total de despesas de pessoal	(74.897)	(46.724)

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

30. Outras despesas administrativas

	2010	2009
Despesas de viagem	(2.164)	(1.518)
Materiais de escritório	(179)	(105)
Despesas de TI	(4.825)	(3.219)
Despesas de correio	(69)	(99)
Despesas de publicidade	(2.254)	(2.148)
Manutenção de edifícios	(1.067)	(978)
Honorários profissionais	(4.392)	(1.797)
Despesas tributárias	(21.139)	(17.348)
Outras despesas	(84.309)	(50.598)
Total de outras despesas administrativas	(120.398)	(77.810)

31. Depreciação e amortização

	2010	2009
Depreciação e amortização	(4.426)	(3.306)
Total da depreciação e amortização	(4.426)	(3.306)

32. Outras despesas operacionais

	2010	2009
Despesa com carteira de câmbio	(5.419)	(14.837)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(2.078)	(1.931)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(804)	(562)
Despesa variação monetária	(664)	(422)
Outras despesas operacionais	(2.575)	(258)
Total de outras despesas operacionais	(11.540)	(18.010)

33. Aprovisionamentos

	2010	2009
Empréstimos e recebíveis de clientes	821	(3.284)
Total da despesa de provisões	821	(3.284)

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

34. Tributação sobre o lucro

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tributos sobre o lucro corrente	(26.619)	(19.099)
Imposto diferido	4.504	2.468
Total de tributos sobre o lucro	(22.115)	(16.631)

A tributação sobre o lucro operacional do Banco Sicredi difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	55.645	41.762
IRPJ e CSSL pelas alíquotas fiscais de 25% e 15%, respectivamente	(22.258)	(16.705)
Exclusões / (Adições)		
Provisão/Reversão para operações de crédito	163	(364)
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(4.928)	(1.693)
Reversão de títulos baixados como prejuízo	76	828
Ajuste de títulos marcados a mercado	322	362
Créditos fiscais diferidos, líquidos	4.310	862
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(297)	(203)
Incentivos fiscais	374	24
Outros, líquidos	123	258
IRPJ e CSSL registrados no resultado	22.115	16.631

35. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco Sicredi realiza uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas. Todas essas transações são isentas de interesses. As transações entre as entidades que compõem o Banco Sicredi são eliminadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

35. Transações com partes relacionadas--Continuação

35.1 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos na próxima página:

	2010	2009
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
- Pendentes no início do exercício	6.704	5.290
- Recebidos durante o exercício	806	1.414
Total no encerramento do exercício	7.510	6.704
Despesas		
Despesa de juros	648	533
Total das despesas de transações com partes relacionadas	648	533

35.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	2010	2009
Salários	3.204	2.839
Encargos previdenciários	2.793	1.143
Bônus relacionado ao desempenho	5.607	3.261
Total	11.604	7.243

35.3 Benefícios pós-emprego

	2010	2009
Plano de Previdência complementar de contribuição definida	171	142
Total	171	142

O Banco Sicredi não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

36. Operações compromissadas (aplicações)

As aplicações em operações compromissadas concluídos pelo Banco Sicredi são incluídos em “caixa e equivalentes de caixa”, “valores a receber de instituições financeiras” e “empréstimos e recebíveis de clientes”. Em 31 de dezembro, eles totalizavam:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e equivalentes de caixa	627.788	320.489
Valores a receber de instituições financeiras	3.282.458	2.021.314
Total de operações compromissadas (aplicações)	<u>3.910.246</u>	<u>2.341.803</u>

37. Operações compromissadas (captações)

As captações com operações compromissadas concluídos pelo Banco Sicredi são incluídos em “depósitos de instituições financeiras” e “empréstimos e recebíveis de clientes”. Em 31 de dezembro, eles totalizavam:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.413.325	2.722.461
Total de captações por operações compromissadas	<u>3.413.325</u>	<u>2.722.461</u>

38. Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2011 foi aprovado em AGE o aumento do capital do Banco, no valor de R\$ 47.431, representado por 23.715.813 ações ordinárias e 23.715.813 ações preferenciais, escriturais sem valor nominal, integralizadas pela Sicredi Participações S/A em 18 de Janeiro de 2011. Este aumento de capital está em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.